



Instituto Professor Rainoldo Uessler
Perícias, Consultorias periciais, Avaliações, Reavaliações e Cursos

RELATÓRIO DA FASE ADMINISTRATIVA

ART. 1º DA RECOMENDAÇÃO N. 72/2020 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ

PROSOLLO FERTILIZANTES LTDA



ÍNDICE

Pareceres sobre as divergências e habilitações de crédito apresentadas por credores na forma do art. 7º, §1º, da Lei n. 11.101/2005 com resumo do pedido e indicação da conclusão da Administração Judicial, que compuseram o resultado consolidado na relação de credores dessa Administração Judicial, juntamente com a análise de documentos contábeis e gerenciais, apresentados pela Recuperanda em diligência da Administração Judicial, com a manutenção, alteração e exclusão de créditos.

1. BANCO BRADESCO S/A, BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A e BANCO BRADESCO CONSÓRCIOS LTDA

2. ITAÚ UNIBANCO S.A

3. RODOMAIOR TRANSPORTES LTDA

4. PORTO PONTA DO FÉLIX S.A.

5. GRAMERCY AGRIFINANCE HOLDINGS LLC e EAT GRAMERCY S.A.

6. TRESEUS INTENACIONAL S.L. e BRIGHTEN STAR FZE

7. GREENCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO

8. ÉPOKA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA

9. P A REZENDE & Cia Ltda

1. DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO ADMINISTRATIVA

BANCO BRADESCO S/A, BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A e BANCO BRADESCO CONSÓRCIOS LTDA

Trata-se de divergência apresentada por Banco Bradesco S/A, Banco Bradesco Financeiros S/A e Banco Bradesco Consórcios, onde se pleiteia a exclusão de parte de seu crédito da relação de credores apresentada pela Recuperanda ao argumento de que tal crédito seria extraconcursal, não se submetendo aos efeitos da recuperação.

Em síntese, sustentam que há crédito que decorre de contratos com alienação fiduciária, eis que o § 3º do art. 49 da Lei nº 11.101/05 dispõe que:

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.

Com efeito, por meio do citado dispositivo legal, o legislador estabeleceu que determinadas modalidades de crédito estão excluídas dos efeitos da recuperação judicial exatamente porque estão vinculadas ao domínio sobre uma garantia real existente.

Analisando os instrumentos, verifica-se que se trata de alienações fiduciárias de veículos que foram devidamente registradas no órgão de trânsito competente.



Logo, os créditos devidos a Bradesco Administradora de Consórcios Ltda e Banco Bradesco Financiamentos S.A. (identificados unicamente na Relação Nominal de Credores como BRADESCO CONSÓRCIO) estão fora dos efeitos da recuperação judicial.

No que se refere ao crédito arrolado como títulos de capitalização, afirmam os impugnantes que se trata de cotas não contempladas de consórcios, que, entretanto, não se enquadram como créditos passíveis de cobrança, razão pela qual também deve ser excluído da relação de credores.

Adiante, os habilitantes apresentam divergência apontando que o débito relativo a cartões de crédito seria de R\$ 23.686,89 (vinte e três mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta e nove centavos) referente ao cartão ELO GRAFITE e R\$ 42.970,20 (quarenta e dois mil, novecentos e setenta reais e vinte centavos) referente ao Cartão AMEX BUSINESS PLATINUM.

Contudo, analisando as faturas dos citados cartões cujos vencimentos ocorreram imediatamente após a proposição do pedido de recuperação judicial, cujos vencimentos ocorreram em 15/07/2023 e 20/07/2023, constam os valores de R\$ 29.843,08 (vinte e nove mil oitocentos e quarenta e três reais e oito centavos) e R\$ 11.562,49 (onze mil quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos), totalizando R\$ 41.405,57 (quarenta e um mil quatrocentos e cinco reais e cinquenta e sete centavos), que é o valor declinado no rol de credores, sendo que incabível a incidência de encargos posteriores ao pedido de recuperação judicial, devendo, deste modo, ser mantido o valor declarado pela Recuperanda.



Destaque-se que os novos lançamentos referentes a faturas posteriores, se tratam de créditos incorridos durante o processo de recuperação judicial, não se submetendo aos efeitos desta.

Deste modo, entende-se que os créditos relativos aos credores BRADESCO CONSÓRCIO E BRADESCO TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO, declarados na Relação Nominal de Credores pelos valores de R\$ 9.478,13 (nove mil quatrocentos e setenta e oito reais e treze centavos) e R\$ 711,55 (setecentos e onze reais e cinquenta e cinco centavos) estão excluídos dos efeitos da recuperação judicial.

Já os valores relativos a cartões de créditos devem ser mantidos no valor de R\$ 41.405,57 (quarenta e um mil quatrocentos e cinco reais e cinquenta e sete centavos) na classe quirografária ao credor BANCO BRADESCO S/A.

2. DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO ADMINISTRATIVA

ITAÚ UNIBANCO S.A

Trata-se de divergência apresentada por Itaú Unibanco S.A. onde se pleiteia a retificação do valor de seu crédito de R\$ 670.450,00 (seiscentos e setenta mil quatrocentos e cinquenta reais) para R\$ 36.127,16 (trinta e seis mil cento e vinte e sete reais e dezesseis centavos).

O Habilitante juntou extratos bancários e relatórios de sistema informatizado, bem como demonstrativo de cálculo.

Contudo, considerando que a Recuperanda apresentou documentos a esta Administração Judicial comprovando a origem do crédito, decorrente de instrumento denominado “CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA INTERNACIONAL Nº 29637.77012”, no montante de € 115.000,00 (cento e quinze mil euros), sem que tenha ocorrido demonstração pela habilitante que tal montante foi pago, notadamente porque não consta sua liquidação no extrato bancário fornecido, nem tão pouco foi demonstrada a extraconcursabilidade do crédito em questão, o mesmo deve ser mantido em sua integralidade na relação de credores.

Por se tratar de crédito em moeda estrangeira, apesar da conversão cambial realizada pela recuperanda, em vista da previsão contida no art. 50, §2º da Lei nº 11.101/05, deve constar na Relação de Nominal de Credores em euros, como, de fato é débito, ressalvando-se que nas hipóteses específicas previstas na citada lei haverá a conversão do crédito pela cotação cambial prevista, notadamente nos casos de deliberação e assembleia de credores a ser eventualmente designada e deliberação acerca do plano de recuperação



Por outro lado, o Habilitante comprovou por meio do extrato bancário e do demonstrativo de cálculo que, além do débito de € 115.000,00 (cento e quinze mil euros), também consta um débito de R\$ 36.127,16 (trinta e seis mil cento e vinte e sete reais e dezesseis centavos), relativo a saldo negativo em conta corrente.

Assim, entende-se que procede parcialmente a alteração pretendida do crédito do habilitante, com inscrição na relação de credores na classe quirografária ao credor ITAÚ UNIBANCO S.A. do montante R\$ 36.127,16 (trinta e seis mil cento e vinte e sete reais e dezesseis centavos), além do débito de € 115.000,00 (cento e quinze mil euros), em substituição ao montante apontado pela Recuperanda.

3. DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO ADMINISTRATIVA
RODOMAIOR TRANSPORTES LTDA

Trata-se de divergência apresentada **RODOMAIOR TRANSPORTES LTDA** onde se pleiteia a alteração do valor de seu crédito de no valor de R\$ 164.360,64 (cento e sessenta e quatro mil trezentos e sessenta reais e sessenta e quatro centavos) para R\$ 217.658,95 (duzentos e dezessete mil e seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e cinco centavos), sendo R\$ 146.313,63 referente a estadias de R\$ 71.344,32 referente a fretes.

Para tanto, colaciona extratos de faturas e demonstrativo de cálculo.

Inicialmente, cabe esclarecer que o crédito que consta na Relação Nominal de Credores apresentada pela Recuperanda é de R\$ 214.360,65 (duzentos e quatorze mil trezentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos) e não o valor mencionado na divergência de R\$ 164.360,64 (cento e sessenta e quatro mil trezentos e sessenta reais e sessenta e quatro centavos), conforme *Evento 133* dos autos do processo recuperacional.

Analizadas as informações e documentação apresentada, inclusive administrativamente junto a Recuperanda, que verificou a existência de créditos não considerados por ocasião da elaboração da relação de credores.

Deste modo, a divergência apresentada procede para a retificação do crédito na relação de credores, na classe quirografária, ao credor RODOMAIOR TRANSPORTES LTDA de R\$ 214.360,65 (duzentos e quatorze mil trezentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos) para R\$ 217.658,95 (duzentos e dezessete mil e seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e cinco centavos).

4. DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO ADMINISTRATIVA
PORTO PONTA DO FÉLIX S.A.

Trata-se de divergência apresentada por Porto Ponta do Félix S.A. onde se pleiteia a retificação do valor de seu crédito de R\$ 214.000,00 (duzentos e quatorze mil reais) para R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais).

Em síntese, a Impugnante sustenta que o crédito se refere a armazenagem de ureia, sendo devido o valor de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) até a data da propositura do pedido de recuperação judicial, havendo a cobrança por quinzena.

Dispõe o art. 49 da Lei nº 11.101/05 que se submetem aos efeitos da recuperação judicial os créditos vencidos e vincendos devidos pela Recuperanda.

Com efeito, na medida que a cobrança dos serviços prestados se dá por quinzena e o ajuizamento do pedido de recuperação judicial ocorreu na primeira quinzena de julho de 2023, os serviços prestados nos períodos subsequentes ainda não haviam ocorrido, não podendo se caracterizar as respectivas cobranças como créditos vincendos na data de recuperação judicial, mas sim créditos decorrentes de atos validamente praticados já durante o processo de recuperação judicial, não estando submetidos aos efeitos do processo recuperacional.

Considerando que a habilitante apresentou a documentação comprobatória da origem do crédito, concernente a prestação de serviços, entende-se procedente o pleito apresentado, para alteração do crédito de Porto Ponta do Félix S.A. na classe quirografária para R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais).

5. DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO ADMINISTRATIVA
GRAMERCY AGRIFINANCE HOLDINGS LLC e EAT GRAMERCY S.A.

Trata-se de divergência apresentada por Gramercy Agrifinance Holdings LLC e Eat Gramercy S.A. onde se pleiteia a retificação do crédito listado como sendo de Eat Gramercy S.A., requerendo a alteração de sua titularidade para por Gramercy Agrifinance Holdings LLC, bem com a alteração do valor do crédito.

No que se refere à titularidade do crédito, analisando o instrumento contratual apresentado, tem-se que é procedente o requerimento, razão pela qual será promovida a alteração da titularidade do crédito para Gramercy Agrifinance Holdings LLC.

No que se refere ao valor do débito, pleiteia a impugnante o acréscimo de juros remuneratórios e moratórios, a manutenção do crédito expresso em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) e amortização de vendas realizadas de parte dos bens alienados fiduciariamente.

Em vista da previsão contida no art. 50, §2º da Lei nº 11.101/05 procede o pleito de manutenção do crédito da impugnante em moeda estrangeira, ressalvando-se que nas hipóteses específicas previstas na citada lei haverá a conversão do crédito pela cotação cambial prevista, notadamente nos casos de deliberação e assembleia de credores a ser eventualmente designada e deliberação acerca do plano de recuperação.

Além disso, os acréscimos a títulos de juros encontram respaldo no contrato, assim como as amortizações alegadamente realizadas.

Adiante, a impugnante pugna acrescer ao crédito devido o montante de R\$ 1.035.219,99 decorrente do alegado pagamento de despesas de armazenagem de insumos agrícolas em razão de “CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE

ARMAZENAGEM DE FERTILIZANTES” firmado entre a recuperanda e a empresa RODOFROTA ARMAZÉNS E TRANSPORTES LTDA, no qual estava previsto que eventual inadimplência da Recuperanda as Impugnantes, como intervenientes, poderiam adimplir o débito e exercer o direito de regresso contra a recuperanda.

Contudo, o reconhecimento do exercício do alegado direito de regresso da impugnante deve se dar por meio de processo regular, considerando ainda que a própria Recuperanda reconhece um débito com Rodofrota Transportes, conforme rol de credores do Evento 132 dos autos do processo de recuperação.

Ademais, pelas notas fiscais de serviço e extratos bancários apresentados, se verifica que os pagamentos efetuados a RODOFROTA ARMAZÉNS E TRANSPORTES LTDA foram realizados por EASY ACCESS TRADING GRAMERCY BRASIL LTDA e não por GRAMERCY AGRIFINANCE HOLDINGS LLC.

Deste modo, entende-se que o crédito inicialmente reconhecido como sendo de titularidade de EAT GRAMERCY S.A. no valor de R\$ 80.177.460,00 deve ser alterado para a titularidade de GRAMERCY AGRIFINANCE HOLDINGS LLC no valor de US\$ 10.151.148,21, na classe quirografária.

6. DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO ADMINISTRATIVA
TRESEUS INTERNACIONAL S.L. e BRIGHTEN STAR FZE

Trata-se de divergência apresentada por TRESEUS INTENACIONAL S.L. e BRIGHTEN STAR FZE onde se pleiteia a exclusão do seu crédito da relação de credores apresentada pela Recuperanda ao argumento de que tal crédito seria extraconcursal, não se submetendo aos efeitos da recuperação, bem como que o valor do crédito não estaria correto.

Em síntese, sustentam que o crédito decorre de contrato com reserva de domínio, eis que o § 3º do art. 49 da Lei nº 11.101/05 dispõe que:

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.

Assim, esta Administração Judicial, nos termos do artigo 7º da Lei 11.101/2005, realizou a verificação do crédito, bem como os termos da divergência apresentada pelos credores TRESEUS INTENACIONAL S.L. e BRIGHTEN STAR FZE, apresentando a seguir suas considerações acerca da classificação dos créditos em questão e seu valor.

Pois bem, as credoras TRESEUS INTENACIONAL S.L. e BRIGHTEN STAR FZE constaram da relação de credores apresentada pela Recuperanda com crédito

no valor de R\$96.211.562,21 (noventa e seis milhões, duzentos e onze mil, quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e um centavos), na Classe III – Credores Quirografários.

O crédito em questão possui origem em contrato denominado *SEGUNDO INSTRUMENTO PARTICULAR DE FORNECIMENTO E DE ACORDO DE PARCERIA COMERCIAL* firmado em 17 de agosto de 2022.

No referido contrato restou ajustada a reserva de domínio do produto fornecido pelas credoras TRESEUS INTERNACIONAL S.L. e BRIGHTEN STAR FZE, mais precisamente “UREIA GRANULAR A GRANEL”.

Sob alegação de inadimplência contratual, as referidas credoras promoveram ação de execução distribuída sob nº 0014111-62.2023.8.16.0001/PR em trâmite na 6ª Vara Cível da Comarca de Curitiba – PR, onde constam os seguintes requerimentos:

4. PEDIDOS:

Ante o exposto, requer-se deste Respeitável Juízo:

- a) O recebimento e processamento da presente Ação de Execução;
- b) A concessão da Tutela Cautelar requerida em caráter incidental para determinar *liminarmente* o arresto dos bens da EXECUTADA via RENAJUD e SISBAJUD (na modalidade teimosinha), nos termos dos arts. 300, §2º, 301 e 305, do CPC, até o limite de R\$96.211.562,21 (noventa e seis milhões, duzentos e onze mil, quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e um centavos).
- c) Em caráter liminar, a expedição de ofício à EXECUTADA, determinando que ela se abstenha de vender todos os produtos indicados em seu estoque, sob pena de multa. Os produtos indicados incluem, mas não se limitam a:

1. 2.380,34 toneladas de Ureia
2. 5.149,13 toneladas de KCL (Cloreto de Cálcio)
3. 13.000 big bags
4. 20.000,00 toneladas de milho

d) A nomeação por este Respeitável Juízo do Administrador Depositário, afim de acautelar todo e qualquer bem encontrado no estoque da Executada, incluindo, mas não se limitando aos bens anteriormente indicados;

d) Seja imediatamente expedido ofício aos Terminais Portuário de Paranaguá² e São Francisco do Sul³, informando da decisão exarada e impondo, sob pena de multa, o bloqueio de todas as cargas que estejam em nome da devedora;

e) Seja expedido ofício à empresa ZPORT OPERADORES PORTUÁRIOS LTDA⁴, a fim de que esclareçam imediatamente qualquer carga/embarcação ou qualquer outro bem da EXECUTADA que esteja sob sua custódia ou mesmo se há previsão de chegada ou de saída de quaisquer bens da EXECUTADA nos terminais portuários onde a Empresa ZPORT atua, fazendo constar no referido ofício o bloqueio desses eventuais bens. Para fins de esclarecimento, a ZPORT é empresa que atua fortemente na gestão de logística das embarcações (inclusive da Prosollo) que

atracam no Porto de São Francisco do Sul (prints e documentos anexos).

e) seja expedida certidão comprobatória do ajuizamento desta ação para que a EXEQUENTE, se for do seu interesse, possa promover as devidas providências junto aos cartórios e órgãos competentes, nos termos do art. 828, caput, do CPC

e) A citação da EXECUTADA para, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento do débito no valor de R\$96.211.562,21 (noventa e seis milhões, duzentos e onze mil, quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e um centavos), bem como dos honorários advocatícios a serem fixados, na forma dos arts. 829 e 827 do CPC.

h) Que todas as publicações, notificações e intimações sejam realizadas no nome de LUCIANO CEZAR VERNALHA GUIMARÃES, inscrito na OAB/PR sob o nº 40.919.

Deste modo, a pretensão das credoras TRESEUS INTENACIONAL S.L. e BRIGHTEN STAR FZE em relação ao *SEGUNDO INSTRUMENTO PARTICULAR DE FORNECIMENTO E DE ACORDO DE PARCERIA COMERCIAL* foi no sentido de cobrar o crédito oriundo do referido contrato, não havendo requerimento de reintegração de posse ou busca e apreensão do produto fornecido com reserva de domínio.

Isso porque, conforme as próprias credoras esclarecem na inicial da referida execução, a empresa Recuperanda já teria alienado a maior parte do produto UREIA GRANULAR A GRANEL, senão vejamos um destes trechos:

Ocorre que, uma das tratativas, a EXECUTADA informou às EXEQUENTES que somente possuía em estoque 2.380,00 das 62.836,15 toneladas de ureia fornecidas pelas EXEQUENTES. Ou seja, mesmo possuindo somente a posse precária desse produto, a EXECUTADA defraudou a reserva de domínio e comercializou quase toda a ureia das EXEQUENTES sem pagar centavo sequer de seu débito.

Buscando justificar o injustificável, a EXECUTADA informou ainda que possuía em seu estoque (Anexo 3) os seguintes ativos decorrentes da comercialização (indevida) da ureia adquirida com reserva de domínio:

Item	Produto	Quantidade
1	Ureia	2.380,34
2	KCL	9.149,13
3	BIG BAGS	13.000
4	Milho	20.000

Portanto, a situação é alarmante! A única garantia das EXEQUENTES foi defraudada pela EXECUTADA. A parte ignorou a reserva de domínio e já comercializou praticamente toda a ureia sem ter pago nenhum centavo por isso. Além disso, observa-se que ela está se desfazendo de toda a mercadoria, de modo que, se não houver uma providência URGENTE, as EXEQUENTES irão suportar um prejuízo multimilionário, já que o valor do débito beira os 100 milhões de reais.

Com efeito, as credoras acusam a defraudação dos produtos fornecidos sob reserva de domínio, reconhecendo a perda da sua garantia na ação que busca a cobrança do crédito através do “arresto de diversos produtos” do estoque da Recuperanda para satisfação do seu crédito.

Ocorre, que o credor titular de reserva de domínio mantém seu direito de propriedade apenas sobre o produto fornecido, de forma que poderá retomá-lo no caso de inadimplência e, desta forma, não se submeteria aos efeitos da recuperação judicial.

A bem da verdade o artigo 49, §3º, da LRF protege o direito de propriedade sobre o bem, podendo o credor titular de reserva de domínio liquidá-lo para satisfação de seu crédito.

Sobre o tema a melhor doutrina aplicável à espécie, *mutantis mutandis*, é pacífica sobre a abrangência do artigo 49, §3º, da Lei n.º 11.101/05:

“Pelo dispositivo legal, tutela-se o direito de propriedade do referido credor. Seu crédito não se sujeita à recuperação judicial, entretanto, apenas pelo bem que lhe foi transferido fiduciariamente em garantia, o qual deve ser liquidado pelo credor para amortizar o valor de seu crédito.

Ressalte-se que apenas o direito de propriedade do credor sobre o bem não se sujeita à recuperação judicial. Isso porque somente quanto à propriedade do referido bem o credor se diferencia dos demais para fins de não ser considerado na recuperação judicial, de forma que o tratamento desigual se justifica pois o credor seria titular de uma posição desigual em face dos demais credores sujeitos.

Embora possa retomar a posse do bem, com a consolidação da propriedade para a liquidação, os credores titulares de propriedade fiduciária não poderão voltar suas pretensões para outros bens da recuperanda fora do âmbito da recuperação judicial, pois exclusivamente quanto ao bem transferido fiduciariamente não se sujeitarão à recuperação judicial. Do contrário, caso a interpretação sobre a limitação da extraconcursalidade apenas sobre o bem fosse diferente, haveria um estímulo para que o credor constituísse garantias fiduciárias sobre quaisquer bens, independentemente da viabilidade de sua liquidação, apenas para garantia a extraconcursalidade de seu crédito. (SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. 2 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021, p. 255.)”

Deste modo, nos temos do § 3º. do artigo 49 da LRF, o credor, detentor de reserva de domínio, “*não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais*”.

Portanto, o que se depreende do texto legal é que os credores que se amoldam aos seus preceitos mantem privilégios atrelados à propriedade sobre a coisa, no caso o produto objeto da reserva de domínio. Dessa forma, para que haja a não submissão do crédito aos efeitos da recuperação judicial deve prevalecer os direitos de propriedade sobre a coisa, objeto da reserva de domínio, e não sobre qualquer outro ativo que integra o patrimônio da Recuperanda.

No presente caso, a reserva de domínio envolve o produto fornecido conforme instrumento contratual firmado entre as partes, de modo que somente em relação ao produto UREIA GRANULAR A GRANEL fornecido pelas credoras TRESEUS INTENACIONAL S.L. e BRIGHTEN STAR FZE se restringe a não submissão do crédito à recuperação judicial.

Com efeito, a inteligência do texto legal estabelece que a extraconcursabilidade, que é uma exceção legal à submissão dos créditos existentes perante a empresa devedora quando do pedido da recuperação, é garantida apenas no âmbito e na extensão dos produtos ofertados em reserva de domínio.

Todavia, se a garantia objeto da reserva de domínio é inexistente ou inexigível, o crédito a ela conectado se desqualifica como sendo extraconcursal, pois esta condição é vinculada ao bem objeto da reserva de domínio, o que deve ser efetivo e não meramente formal.

Aliás, é exatamente nesta linha de entendimento o Enunciado nº. 51 da Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal que estabelece que **“o saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no §3º. do art. 49 da Lei 11.101/2005 é crédito quirografário, sujeito à recuperação judicial”**.

Assim, como verificado acima, as credoras TRESEUS INTENACIONAL S.L. e BRIGHTEN STAR FZE informaram na exordial da execução proposta em face da empresa em recuperação judicial que haveria no estoque da Recuperanda apenas 2.380,34 das 62.836,15 toneladas da UREIA GRANULAR A GRANEL fornecidas sob reserva de domínio.

Para verificar a situação atual, a Administração Judicial solicitou informações e documentos à empresa Recuperanda quanto ao saldo de estoque do produto UREIA GRANULAR A GRANEL fornecido sob reserva de domínio pelas credoras em questão. Conforme revelam mensagens anexas, a resposta foi que **“...não tem estoque relacionado a essa operação.”** cujo trecho é a seguir destacado:



Instituto Professor Rainoldo Uessler

Perícias, Consultorias periciais, Avaliações, Reavaliações e Cursos

Em 16/11/23 17:33, marcielly@prosolloagro.com.br escreveu:

Dra Thais boa tarde,
Segue em anexo notas de entrada da operação e relatório de faturamento de notas de saída.

Volume Saídas 89.837,26 tons

NF's Entrada 89.836,67 tons
49.286,4640 (Entrada Ganj)
40.550,2130 (Entrada Spar Libra)
Esses são os volumes dos 2 navios enviados envolvendo TRESEUS e BRIGHTEN STAR FZE

Atenciosamente,



Marcielly da Luz

Diretora Financeira

(46) 9 9925-0115

marcielly@prosolloagro.com.br

www.prosolloagro.com.br

Rua 205, 75, sala 501 - Meia Praia, Itapema/SC

----- Mensagem encaminhada -----

Assunto: RES: RES: Solicitação de Informação urgente - PROSOLLO FERTILIZANTES

Data: Thu, 16 Nov 2023 18:46:22 -0300

De: marcielly@prosolloagro.com.br

Para: 'Thais Curcio' <thais@ipru.com.br>

CC: 'Andrey Bornia' <andrey@andreybornia.adv.br>, mariana@andreybornia.adv.br,

'Daniel Winkeler' <danielwinkeler@efficax.adv.br>, 'Daniela'

<daniela@ipru.com.br>, kamila@ipru.com.br

Dra Thais,

Isso não tem estoque relacionado a essa operação

Estoque já liquidado

Atenciosamente,



Marcielly da Luz

Diretora Financeira

(46) 9 9925-0115

marcielly@prosolloagro.com.br

www.prosolloagro.com.br

Rua 205, 75, sala 501 - Meia Praia, Itapema/SC

De: Thais Curcio <thais@ipru.com.br>

Enviada em: quinta-feira, 16 de novembro de 2023 18:24

Para: marcielly@prosolloagro.com.br

Cc: 'Andrey Bornia' <andrey@andreybornia.adv.br>, mariana@andreybornia.adv.br; 'Daniel

Winkeler' <danielwinkeler@efficax.adv.br>; 'Daniela' <daniela@ipru.com.br>; kamila@ipru.com.br

Assunto: Re: RES: Solicitação de Informação urgente - PROSOLLO FERTILIZANTES

Prezada,

A informação é de que não há saldo de estoque dessas operações com a TRESEUS INTERNACIONAL S.L. e BRIGHTEN STAR FZE?

Assim, conforme informações e documentos apresentados pela Recuperanda, não há em seu estoque produto UREIA GRANULAR A GRANEL fornecido pelas credoras TRESEUS INTENACIONAL S.L. e BRIGHTEN STAR FZE com reserva de domínio, o qual teria sido totalmente consumido entre as datas de 24/07/2022 e 27/02/2023, ou seja, meses antes do ingresso da ação de execução promovida pelas credoras (31/05/2023) e da recuperação judicial da devedora (14/07/23), conforme demonstra relatório de faturamento de notas de saída apresentado pela Recuperanda.

Desta forma, não existindo nos estoques da Recuperanda o produto UREIA GRANULAR A GRANEL fornecido pelas credoras TRESEUS INTENACIONAL S.L. e BRIGHTEN STAR FZE sob reserva de domínio, deve ser aplicado o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial CJF/STJ, sendo o saldo do crédito não coberto pelos bens e/ou garantias dos contratos previstos no §3º do art. 49 da LREF considerado como crédito quirografário, sujeito aos efeitos da recuperação judicial.

Assim, sendo classificado como quirografário o crédito pertencente às credoras TRESEUS INTENACIONAL S.L. e BRIGHTEN STAR FZE, resta analisar a divergência em relação ao valor lançado no quadro, onde é possível constatar que o demonstrativo apresentado pelas referidas credoras possui atualização em momento posterior ao ajuizamento da recuperação judicial, não cumprindo deste modo, com o estabelecido no art. 9º, inciso II da Lei nº 11.101/05, razão pela qual o valor declarado pela Recuperanda deve ser mantido tal qual consta em sua relação de credores.

7. DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO ADMINISTRATIVA GREENCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO

Trata-se de divergência apresentada por Greencred Cooperativa de Crédito onde se pleiteia a exclusão do seu crédito da relação de credores apresentada pela Recuperanda ao argumento de que tal crédito seria extraconcursal, não se submetendo aos efeitos da recuperação.

Em síntese, sustenta que o crédito decorre de ato cooperativo, eis que é cooperativa de crédito e a Recuperanda é sua associada (cooperada) e o § 13 do art. 6º da Lei nº 11.101/05, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.112/20 dispõe que “os contratos e obrigações decorrentes dos atos cooperativos praticados pelas sociedades cooperativas com seus cooperados” não estão sujeitos aos efeitos da recuperação judicial.

O §13º do artigo 6º da Lei 11.101/05, dispõe que não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial os contratos e obrigações decorrentes dos atos cooperativos praticados pelas sociedades cooperativas com os seus cooperados, na forma do artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Nesse aspecto, cumpre observar os termos do art. 79 e seu parágrafo único, da Lei n. 5.764/71, que estabelece o que são atos cooperativos, senão vejamos:

Art. 79. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

Ocorre que a Impugnante na condição de Cooperativa de crédito não se sujeita aos termos do artigo 79 da Lei 5.764/71, pois equiparada à instituição financeira por força da Lei Complementar 130/2009 que dispõe sobre o sistema Nacional de Crédito Cooperativo, o que afasta a incidência da exceção estabelecida pelo §13º do artigo 6º da Lei 11.101/05.

A Lei Complementar 130/2009, conhecida também como a Lei do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), estabelece as normas e diretrizes para as cooperativas de crédito no Brasil, definindo às cooperativas de crédito como “instituições financeiras”.

Assim, tem-se que não se pode equiparar as Cooperativas de Crédito com às Cooperativas comuns, visto que se trata de atividades distintas, regidas por leis distintas, com escopos e finalidades diversas.

Destaca-se, que diferentemente das demais cooperativas, as cooperativas de crédito são diretamente supervisionadas pelo Banco Central do Brasil sendo submetidas ao regramento estabelecido pela entidade supervisora do sistema financeiro.

Com efeito, sobre a não aplicação do disposto no §13 do artigo 6º da Lei 11.101/05, trazemos à baila recentíssima decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), um dos principais tribunais do País no que se refere a discussões no âmbito do direito falimentar, que é didática ao estabelecer que as cooperativas de crédito se sujeitam a recuperação judicial, veja-se:

AGRAVO DE INSTRUMENTO — RECUPERAÇÃO JUDICIAL — 'SAMMI' — IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO APRESENTADA POR COOPERATIVA DE CRÉDITO — Decisão agravada que considerou o crédito da Cooperativa de Crédito SICREDI RIO PARANÁ como extraconcursal — Inconformismo da

recuperanda — Acolhimento — O caso vertente envolve crédito de cooperativa de crédito, cuja natureza e atividade não se confundem com as demais cooperativas (que são consideradas sociedades simples, não se sujeitando à falência, cf. artigo 982, parágrafo único, Código Civil). Sendo cooperativa de crédito, não se lhe aplica o disposto no artigo 6º, §13, da Lei nº 11.101/2005. A cooperativa de crédito, malgrado não possa pedir recuperação judicial (artigo 2º, II, Lei nº 11.101/2005), sujeita-se à intervenção, liquidação extrajudicial pelo Banco Central, além da falência (artigo 1º, Lei n. 6.024/1974). A própria lei das Cooperativas (Lei nº 5.764/1971) distingue a cooperativa de 'crédito' das demais, subordinando-a às normas do CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (art. 18, §§ 4º e 9º; artigo 103 da Lei nº 5.764/1971). E a Lei Complementar n. 130/2009, ao dispor sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, autoriza a prestação de serviços de natureza financeira (operações de crédito) a associados e a não associados, inclusive a entidades do poder público (artigo 2º, §2º), evidenciando que a cooperativa de crédito não está regrada pela lei das cooperativas (Lei nº 5.764/1971) Acolhimento do recurso para julgar improcedente a impugnação de crédito, devendo o crédito da cooperativa ser considerado como concursal (quirografário) — Decisão reformada — RECURSO PROVIDO. (TJ-SP - AI: 21057542820228260000 Presidente Prudente, relator: Sérgio Shimura, Data de Julgamento: 23/05/2023, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 23/05/2023) (grifo nosso)

Nesta mesma linha, destaca-se o parecer elaborado pelo Ilmo. Promotor de Justiça do estado de Mato Grosso, Dr. Rodrigo Fonseca Costa, datado de 18/05/2023, que em caso análogo assim assevera:

Estando a cooperativa atuando no mercado em igualdade de condições com as demais instituições financeiras, não pode se escudar em uma benesse legal para albergar toda e qualquer operação que faça, pois, como é trivial, a mens legis objetivou a proteção de tão somente dos créditos derivados de atos cooperativos

(...)

Interpretação diversa, Excelência, nos conduziria a um verdadeiro desequilíbrio antinômico exacerbado onde todo e qualquer ato da cooperativa seria extraconcursal, embora atue no mercado concorrencial com as demais instituições financeiras.(...)

Em suma, não subsumindo as operações de mercado (cédulas de crédito) em ato estritamente cooperativo, não há que se falar em extraconcursalidade do crédito ou aplicação, in casu, do artigo 6º, §13º da Lei 11.101/05, pelo que a pretensão inaugural deve ser julgada improcedente.

Como se não bastasse, para confirmar que se traduzem em atos de mercado àqueles praticados pelas cooperativas de crédito em relação a seus Cooperados, basta observar as decisões pacíficas do Superior Tribunal de Justiça - STJ que estabelece a aplicação da lei consumerista às cooperativas de crédito, senão vejamos:

Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, na hipótese em que a atividade da cooperativa se equipara àquelas típicas das instituições financeiras, são aplicáveis as regras do Código de Defesa do Consumidor, a teor da Súmula 297/STJ" (AgInt no AREsp 1361406/PR, relator RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 11/04/2019)

Neste sentido se extrai da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - CÉDULA DE

CRÉDITO BANCÁRIO CELEBRADA PARA A CONCESSÃO DE MÚTUO A SER ADIMPLIDO MEDIANTE DÉBITO EM FOLHA DE PAGAMENTO - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL - RECLAMO INTERPOSTO PELA DEMANDADA SOB A ÉGIDE DO REGRAMENTO PROCESSUAL DE 1973. **COOPERATIVAS DE CRÉDITO - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS POR EQUIPARAÇÃO - APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA - INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 17, "CAPUT" E PARÁGRAFO ÚNICO, E 18, § 1º, AMBOS DA LEI N. 4.595/1964 E DA SÚMULA 297 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Equiparada a cooperativa de crédito à instituição pertencente ao Sistema Financeiro Nacional, tem-se por iniludível a incidência do Código de Defesa do Consumidor à relação estabelecida entre cooperativa e cooperado, cuja negociação possui natureza de operação financeira, e não de mero ato cooperativo.** VALOR DAS PARCELAS - ESTIPULAÇÃO, EM DOCUMENTO APRESENTADO PELA RÉ E ASSINADO PELA AUTORA NA DATA DA CONTRATAÇÃO, DE PRESTAÇÕES VARIÁVEIS E PREDOMINANTEMENTE DECRESCENTES - NECESSIDADE DE CUMPRIMENTO DO PACTUADO - TEMPO DO PAGAMENTO - DESCONTOS EFETUADOS PREVIAMENTE AO VENCIMENTO DA DÍVIDA - AUSÊNCIA DE MORA A JUSTIFICAR EVENTUAIS ACRÉSCIMOS - RECURSO DESPROVIDO NO PONTO. Tendo sido estipulado, em documento elaborado pela cooperativa e assinado pela parte associada, que os valores das parcelas seriam variáveis e predominantemente decrescentes, deve tal previsão ser observada no adimplemento do negócio jurídico, e não de maneira mais gravosa à consumidora. Ademais, considerando que o vencimento das prestações ocorria em oportunidade posterior à data em que era procedido ao desconto na folha de pagamento da associada, não se verifica a possibilidade de incidência de acréscimo decorrente de mora. COMPENSAÇÃO OU REPETIÇÃO DO INDÉBITO - POSSIBILIDADE, PORQUANTO VERIFICADO O PAGAMENTO INDEVIDO - VIABILIDADE DE QUE A RESTITUIÇÃO SEJA PROCEDIDA EM DOBRO, DIANTE DA CONSTATAÇÃO DE MÁ-FÉ DA COOPERATIVA, AO DEIXAR DE OBSERVAR DOCUMENTO POR SI ELABORADO - INSURGÊNCIA REJEITADA NO TÓPICO. À luz do princípio que veda o enriquecimento sem causa do credor, constatada a cobrança indevida de valores, admite-se a compensação ou repetição do indébito em favor do adimplente. Consoante entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte, apenas enseja repetição do

indébito em dobro quando houver prova da má-fé do fornecedor. No caso concreto, inviável a constatação da presença de boa-fé, na medida em que a cooperativa deixou de observar os valores das parcelas constantes de documento por ela elaborado. CONSECTÁRIOS DA DERROTA - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA CARACTERIZADA, NOS TERMOS DO CAPUT DO ART. 21 DA ANTIGA LEI ADJETIVA CIVIL - PROPORCIONALIDADE DA CONDENAÇÃO OPERADA EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO, CONFORME A PARCELA DE ÊXITO E DECAIMENTO DOS LITIGANTES - VERBA HONORÁRIA - PLEITO RECURSAL DE MINORAÇÃO FORMULADO PELA PARTE ACIONADA - NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AOS PARÂMETROS BALIZADORES ESTATUÍDOS NAS ALÍNEAS 'A', 'B' E 'C' DO § 3º DO REVOGADO CÓDIGO DE RITOS - DEMANDA EM TRÂMITE HÁ MAIS DE 7 (SETE) ANOS - "QUANTUM" ARBITRADO PELO MAGISTRADO "A QUO", EM R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), A SEREM REPARTIDOS NA PROPORÇÃO DA VITÓRIA DE CADA PARTE - SENTENÇA MANTIDA. Constatado o decaimento considerável em relação aos pedidos formulados por ambos os litigantes, cabe a estes o pagamento das verbas devidas por força da sucumbência recíproca, observadas as respectivas parcelas de derrota e vitória, conforme art. 21, "caput", do Código de Processo Civil de 1973. Para a fixação dos honorários de sucumbência, deve-se estar atento ao trabalho desempenhado, ao zelo na defesa e exposição jurídica do advogado e à natureza da demanda, de modo que os honorários remunerem de forma apropriada o profissional, sob pena de desprestígio ao exercício de uma das funções essenciais à justiça. "In casu", o tempo de tramitação da demanda por mais de 7 (sete) anos e o adequado zelo do profissional remetem à impossibilidade de minoração do valor dos honorários advocatícios fixados pelo Togado de Primeiro Grau em R\$ 3.000,00 (três mil reais), a serem repartidos à proporção do êxito de cada litigante. (TJSC, Apelação n. 0040572-26.2009.8.24.0038, de Joinville, rel. Robson Luz Varela, Segunda Câmara de Direito Comercial, j. 27-09-2016). (grifo nosso)

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS A EXECUÇÃO. CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS. **COOPERATIVA DE CRÉDITO**. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA COOPERATIVA. 1 - COOPERATIVA DE CRÉDITO. APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. POSSIBILIDADE DE REVISÃO DAS CLÁUSULAS PACTUADAS E MITIGAÇÃO DO

PRINCÍPIO PACTA SUNT SERVANDA. EXEGESE DOS ARTS. 17 E 18, §1º, DA LEI N. 4.595/1964, E SÚMULA N. 297 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO DESPROVIDO. **"Equiparada a cooperativa crédito à instituição pertencente ao Sistema Financeiro Nacional**, tem-se por iniludível a incidência do Código de Defesa do Consumidor à **relação entre cooperativa e cooperativado, cuja operação negocial tem natureza de operação financeira e não de mero ato cooperativo**. [...]" (Apelação Cível n. 2007.013139-9, da Capital, rel. Des. Robson Luz Varella, j. 20-9-2011). 2 - JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATOS DE CAPITAL DE GIRO E FINANCIAMENTOS COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. SENTENÇA QUE LIMITOU A TAXA MÉDIA DE MERCADO. CONTUDO, JUROS REMUNERATÓRIOS INFERIORES À TAXA MÉDIA. REFORMA DA SENTENÇA PARA MANTER OS JUROS PACTUDOS. RECURSO PROVIDO. 3 - CONTRATO N. 254.123.4 ANALISADO E REVISADO PELA SENTENÇA QUE NÃO FORA OBJETO DOS AUTOS. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NULIDADE. DECOTE DO CAPÍTULO DA SENTENÇA QUE TRATOU DO REFERIDO PACTO. RECURSO PROVIDO. 4. ENCARGOS MÍNIMOS. MATÉRIA QUE NÃO FORA OBJETO DA SENTENÇA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO APELO NO TOCANTE. 5. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS ANUAL SUPERIOR AO DUODÉCUPLO DA TAXA MENSAL. PACTUAÇÃO POR EXPRESSÃO NUMÉRICA EM TODOS OS CONTRATOS. VALIDADE. SÚMULA N. 541 DO STJ. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO NO PONTO. 6. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. SENTENÇA FAVORÁVEL AO APELANTE. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 0002306-29.2011.8.24.0125, de Itapema, rel. Dinart Francisco Machado, Segunda Câmara de Direito Comercial, j. 03-09-2019). (grifo nosso)

Portanto, sendo a Impugnante cooperativa de crédito, a qual não é amparada pela Lei 5.764/61, mas sim pela Lei Complementar nº 130/09, no entendimento desta Administração Judicial o crédito deve se sujeitar aos efeitos da recuperação judicial.

O contrato fornecido é uma Cédula de Crédito Bancário de nº 2023100014, por meio da qual se operou uma operação de empréstimo.

Como se ressaltou acima, cooperativas de crédito são equiparadas a instituições financeiras (bancos) sendo que as operações que efetuam, ainda que seja com seus cooperados, tem natureza eminentemente mercantil, não havendo que se enquadrar contratos como aquele firmado com a Recuperanda como atos cooperados.

A despeito de o art. 2º do Estatuto Social da credora estabelecer que seu objeto social é “proporcionar assistência financeiras a seus associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, visando o aumento da eficiência, eficácia e efetividade das atividades dos associados e a melhoria de sua qualidade de vida”, a Cédula de Crédito Bancário que dá origem ao crédito foi firmado com encargos e outras condições que denunciam se tratar de uma operação de natureza eminentemente mercantil, sem se caracterizar como ato cooperado. Aliás, a própria denominação do título denuncia se tratar de uma operação bancária e não de um ato cooperado.

Neste ponto, o fato de ter sido exigido aval do sócio da Recuperanda só corrobora a natureza mercantil da operação.

Por fim, não há se falar em preferência do referido crédito frente aos demais, em vista da sua submissão como crédito quirografário, na forma do art. 41 inciso III da Lei nº 11.101/05, não havendo qualquer previsão legal que estabeleça tal crédito como privilegiado.

Deste modo, entende-se que o crédito não está excluído dos efeitos da recuperação judicial, devendo ser mantida a inclusão efetuada pela Recuperanda no Quadro de Credores, na Classe III (Credores Quirografários).



8. DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO ADMINISTRATIVA
ÉPOKA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA

Trata-se de divergência apresentada por Époka Transportes Rodoviários Ltda onde se pleiteia a retificação do valor de seu crédito de R\$ 36.503,20 (trinta e seis mil quinhentos e três reais e vinte centavos) para R\$ 21.948,05 (vinte e um mil novecentos e quarenta e oito reais e cinco centavos).

Considerando, que a habilitante apresentou a documentação comprobatória da origem do débito, concernente a prestação de serviços de transporte e que os valores foram devidamente atualizados até a data do pedido de recuperação judicial, entende-se procedente o pleito apresentado, alterando-se o crédito de Époka Transportes Rodoviários Ltda na Relação Nominal de Credoras para R\$ 21.948,05 (vinte e um mil novecentos e quarenta e oito reais e cinco centavos), cabendo ainda a alteração da classe de credores, considerando trata-se de empresa EPP, para classe IV.

**9. DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO ADMINISTRATIVA
P A REZENDE & CIA LTDA**

Trata-se de divergência apresentada por P A REZENDE & Cia Ltda onde se pleiteia a inclusão do valor de seu crédito no valor de R\$ 132.086,90 (cento e trinta e dois mil oitenta e seis reais e noventa centavos), na classe quirografária.

Ocorre, todavia, que a Recuperanda já reconheceu o crédito no montante de R\$ 132.089,90 (cento e trinta e dois mil oitenta e nove reais e noventa centavos), na Relação Nominal de Credores.

Realizando a soma dos valores dos 8 (oito) conhecimentos de transporte encaminhados, chega-se ao valor de R\$ 132.089,90 (cento e trinta e dois mil oitenta e nove reais e noventa centavos), demonstrando a correção do crédito arrolada pela Recuperanda:

R\$ 15.040,00

R\$ 13.809,60

R\$ 15.162,20

R\$ 24.054,60

R\$ 13.427,40

R\$ 17.149,00

R\$ 20.267,50

R\$ 13.179,60

Total: R\$ 132.089,90

Deste modo, a habilitação apresentada não procede.